

Relator não mistura morte com corrupção

Recife — O deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da CPI da máfia do orçamento, garante que a localização da ossada de Ana Elizabeth Lofrano, mulher do economista José Carlos Alves dos Santos, não terá qualquer interferência nas investigações sobre o envolvimento de parlamentares no escândalo do orçamento. Segundo Magalhães, a CPI já reuniu elementos que comprovam muitas das denúncias feitas por José Carlos.

— Se fôssemos nos fundamentar na ficha criminal dele não teria sequer havido CPI — observa Magalhães, lembrando que o objetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito é única e exclusivamente apurar a veracidade das denúncias feitas pelo ex-diretor do Departamento de Orçamento da União.

O relator faz questão de separar bem os crimes praticados por José Carlos Alves dos Santos dos que foram cometidos por parlamentares, estes sim, os verdadeiros alvos da CPI. Roberto Magalhães ressalta que ao fazer as primeiras denúncias, o economista já era sus-

peito de ter mandado matar a mulher, e que agora a polícia está apenas confirmado essas suspeitas.

Ainda esta semana, durante o depoimento do deputado Sérgio Guerra (PSB-PE), Magalhães procurou deixar bem claro este seu posicionamento. Ele chegou a interromper as indagações que vinham sendo feitas sobre um possível envolvimento de parlamentares com o assassinato de Ana Elizabeth.

Da mesma forma que não vê motivo para se alterar os rumos da CPI por conta de a polícia estar desvendando a morte de Ana Elizabeth, Roberto Magalhães não considera legal e oportuno que a CPI investigue a participação de parlamentares no assassinato. Ele ressalta que, por lei, a CPI é criada com um objetivo determinado.

— A CPI não dispõe de qualquer indício de envolvimento de parlamentares com a morte de Ana Elizabeth e, mesmo que houvesse, não haveria como se debruçar sobre este assunto. A questão deve ser tratada apenas na esfera policial — opina Magalhães.